

Comissão conclui a primeira revisão do texto da nova Carta



O computador ajusta as correções da Comissão chefiada por Bernardo Cabral

BRASÍLIA — A Relatoria concluiu ontem a primeira revisão da nova Constituição, cuja redação final será votada, em turno único, no dia 22. Caberá à Comissão de Redação a solução das omissões detectadas pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que encaminhará sugestões para suprir as falhas.

O trabalho da Relatoria estará concluído quinta-feira, quando o texto revisado será entregue ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

O Deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), da equipe de relatores, considerou irrisório o número de omissões da nova Carta. Segundo ele, "esta é uma Constituição analítica", característica que levaria a um número maior de erros. Konder Reis disse que, para as omissões detectadas, já existem propostas que podem ser incluídas no texto, através de acordo unânime das lideranças.

A omissão no inciso VIII do Artigo 50, que deixou isentos do imposto de renda o Presidente da República, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado, poderá ser solucionada com um acréscimo no texto, remetendo sua aplicação ao Artigo 38, que prevê, no Inciso XV, que todas as remunerações de servidores públicos, inclusive as extraordinárias, estão sujeitas aos impostos gerais.

Uma correção no Parágrafo Primeiro do Artigo 5º das Disposições Transitórias, relativo às eleições presidenciais, proporcionará a realiza-

ção do pleito do próximo ano em dois turnos, bastando acrescentar o Artigo 16, que dispõe sobre a impossibilidade de mudanças na legislação eleitoral no prazo inferior a um ano de sua promulgação. Para compatibilizar o texto, será necessário alterar o Artigo 79, que dispõe sobre a data das eleições presidenciais, sem que isso altere a decisão do plenário.

A definição dos bens do Distrito Federal, que não estão relacionados na nova Constituição, também deverá ser resolvida por uma remissão ao Artigo 26, que dispõe sobre os bens dos Estados. Apesar de constar do relatório da subcomissão que tratou da matéria, o texto desapareceu antes de ser apreciado pela Comissão de Sistematização. O Deputado

Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), responsável pela redação do texto na subcomissão, disse que, na época, a proposta era incluir um dispositivo na Constituição que determinaria os bens do DF através de legislação, que se encarregaria de relacioná-los.

— Eu não posso dizer quem roubou os bens do Distrito Federal — ironizou o Deputado, ao explicar que desconhecia o destino do relatório que fizera na fase das subcomissões.

Como só agora a Constituinte se deu conta de que não apreciou a matéria, a única solução possível encontrada pelos relatores foi igualar o Distrito Federal aos Estados.

Konder Reis disse ainda que a Relatoria decidiu transferir para o corpo permanente o Artigo 26 das Disposições Transitórias, que se refere à carreira dos delegados de Polícia.

Para concluir o trabalho de revisão, o Relator Bernardo Cabral e seus adjuntos estão trabalhando cerca de 18 horas por dia. A tarefa mais difícil será a de relacionar as remissões, adaptando-as à nova numeração dos artigos, parágrafos e incisos, que só deverá ser feita amanhã.

Concluída essa fase, o texto será remetido à Comissão de Redação, que receberá sugestões dos constituintes para as correções de linguagem e técnica legislativa. No dia 20, o texto final tem de estar concluído, para que possa ser promulgado no dia 5 de outubro.

Lucena caça parlamentares para votarem decretos-leis

O deserto em que foi transformado o Congresso Nacional, com o fim das votações da Constituinte, obrigou seu Presidente, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a caçar parlamentares em seus Estados de origem, por meio de telefonemas e telegramas.

Lucena está preocupado com o esforço concentrado do Congresso, marcado para os próximos dias 13, 14 e 15, com o objetivo de votar alguns decretos-leis que esperam pela decisão do plenário.

Na verdade, o que falta para esses decretos saírem da pauta de votações é um acordo de lideranças. Isto porque o voto simbólico é suficiente para aprová-los, uma vez que não há necessidade do quorum qualificado de maioria absoluta, por não se tratar de emenda à Constituição. Mas nem todas as lideranças estavam pre-

sentes ontem ao Congresso. Ali encontravam-se apenas os Líderes do PFL, José Lourenço, do PDS, Deputado Amaral Netto, e do PMDB, Nelson Jobim.

Dos poucos parlamentares que circulavam por Brasília, a maioria pertencia à Comissão de Redação da Constituinte. Os demais ainda estavam envolvidos com audiências ministeriais para resolver problemas de seus Estados, o que pode ajudar na campanha eleitoral dos candidatos que apóiam.

O Deputado Fernando Gasparian era um dos que se encontravam no Congresso. Enquanto aguardava um encontro com Nelson Jobim, explicava pelo telefone as consequências do tabelamento dos juros, aprovado pela Constituinte, através de emenda de sua autoria.

Simon aponta avanço democrático

PORTO ALEGRE — O Governador Pedro Simon afirmou ontem que o processo democrático avançou muito com a votação do segundo turno da Constituinte. E fez questão de destacar que esse avanço aconteceu também pelo fato de o Presidente José Sarney, em seu discurso no último dia de votações, quando estava visitando Santos e São Paulo, ter consolidado os resultados obtidos pela Assembléia, ao dizer que os acatava integralmente.

— O pronunciamento foi da maior importância. Quando imaginavam que ia levantar dúvidas, o Presidente consolidou o trabalho dos Constituintes — frisou o Governador.

Simon não quis comentar a possibilidade de Sarney apoiar a candidatura de Ulysses Guimarães à sucessão presidencial. Disse que só foi informado a respeito pela imprensa e acrescentou que, pelo que sabe, o Presidente Sarney está interessado, isto sim, em governar com seus homens de confiança, e não em se envolver no processo sucessório.

Já quanto à sua própria opinião sobre o assunto, o Governador afirmou que Ulysses, "um nome de primeira grandeza dentro do PMDB", tem sua preferência. Mas argumentou que ao contrário dos outros partidos — como o PDT, que tem Leonel Brizola, o PT, que tem Luiz Inácio Lula da Silva, o PDS, que tem Jarbas Passarinho, e o PFL, que tem Aureliano Chaves —, o PMDB dispõe de muitos nomes. Em seguida, enumerou-os: Orestes Quércia, Newton Cardoso, Moreira Franco, Miguel Arraes, Waldir Pires e Alvaro Dias.

Interrogado sobre a razão de não incluir seu nome na lista, Pedro Simon respondeu que considera difícil o PMDB ter um candidato à Presidência saído do Rio Grande do Sul.

— O Brasil cansou dos gaúchos — disse, sem deixar claro se brincava ou falava sério. E acrescentou que se fosse para ter um candidato do Rio Grande do Sul este seria "o doutor Leônidas", referindo-se ao Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.